



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo - Área Controle Externo
Especialidade: Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

- 1 *Na mídia em geral, nos discursos políticos, em mensagens publicitárias, na fala de diferentes atores sociais, enfim, nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente, deparamo-nos repetidas vezes com a palavra cidadania. Esse largo uso, porém, não torna seu significado evidente. Ao contrário, o fato de admitir vários empregos deprecia seu valor conceitual, isto é, sua capacidade de nos fazer compreender certa ordem de eventos. Assim, pode-se dizer que, contemporaneamente, a palavra cidadania atende bastante bem a um dos usos possíveis da linguagem, a comunicação, mas caminha em sentido inverso quando se trata da cognição, do uso cognitivo da linguagem. Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu significado é tão pouco esclarecido?*

- 15 *Uma resposta possível a essa indagação começaria por reconhecer que há considerável avanço da agenda igualitária no mundo e, decorrente disso, a valorização sem precedentes da ideia de direitos. De fato, tornou-se impossível conceber formas contemporâneas de interação entre indivíduos ou grupos sem que a referência a direitos esteja pressuposta ou mesmo vocalizada. Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente, a partir da qual os atores sociais agenciam suas identidades e tentam ampliar o escopo da política de modo a abarcar suas questões. Tais atores constroem-se, portanto, em público, pressionando o sistema político a reconhecer direitos que julgam possuir e a incorporá-los à agenda governamental.*

(Maria Alice Rezende de Carvalho. "Cidadania e direitos". In: **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. André Botelho e Lillia Moritz Schwarcz (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 104)

1. No texto, a autora
- (A) censura a mídia, os políticos e os publicitários, em geral, por produzirem mensagens redundantes e pouco precisas no que se refere ao emprego da palavra "cidadania", com o que deturpam o conceito a que ela remete.
 - (B) comenta o uso pouco criterioso da palavra "cidadania", fato que, por conta da impropriedade, prejudica a compreensão de mensagens formuladas no padrão culto da linguagem.
 - (C) aponta a diversidade de atores sociais como responsável pela alteração do sentido original da palavra "cidadania", fato determinante de que, na contemporaneidade, se lhe atribua sentido oposto ao etimologicamente reconhecido.
 - (D) expressa opinião sobre o modo de ocorrência da palavra "cidadania", oportunidade de evidenciar que a alta frequência de uso de uma palavra não implica que esteja assegurada a adequada percepção do fenômeno que ela nomeia.
 - (E) indaga sobre o que ocorre com a palavra "cidadania", tomando-a como exemplo da típica atitude contemporânea no que se refere à linguagem – reprovável descuido quanto aos distintos contextos de uso de vocábulos –, foco este de sua reflexão.

2. No segundo parágrafo do texto,
- (A) levanta-se a hipótese de a agenda igualitária chegar a conquistar avanços expressivos no mundo todo, quando, então, serão devidamente valorizados os direitos da cidadania.
 - (B) está sugerido que os direitos humanos são concedidos de modo diferenciado na dependência de se fazerem presentes de modo implícito ou explícito.
 - (C) elege-se uma proposição que se toma como um princípio a partir do qual se pode deduzir um determinado conjunto de consequências, que explicariam o uso reiterado da palavra "cidadania".
 - (D) argumenta-se a favor de que a luta pelos direitos deve dar-se tanto no âmbito individual, quanto no coletivo, visto que, de fato, a interação humana se dá tanto entre indivíduos, quanto entre grupos.
 - (E) detalha-se, na tentativa de responder de modo consistente à pergunta proposta no parágrafo anterior, o modo equivocado como se dá a interação entre os atores sociais e o sistema político.

3. Afirma-se com correção:

- (A) (linhas 1 a 5) Os termos que compõem a sequência inicial do texto estão todos citados sob a mesma perspectiva, a da completa determinação.
- (B) (linhas 5 e 6) Se a frase *Esse largo uso, porém, não torna seu significado evidente* fosse organizada de maneira distinta, a formulação "Seu significado não se torna evidente, mas seu uso é amplo" preservaria a correção e o sentido originais, considerado o contexto.
- (C) (linha 8) O modo como o segmento que sucede a *isto é* está redigido comprova que a expressão introduz um típico verbete de dicionário.
- (D) (linhas 10 a 11) O segmento *a palavra cidadania atende bastante bem a um dos usos possíveis da linguagem* teria seu sentido e correção preservados em "Da palavra cidadania pode-se dizer que não é nada mal o seu atendimento a um dos usos possíveis da linguagem".
- (E) (linhas 13 a 15) Variante da redação da autora, a frase "Então, se o seu significado é tão pouco esclarecido, a palavra 'cidadania' é constantemente evocada por quê?", está em conformidade com o padrão culto escrito e preserva o sentido do enunciado original.

4. A formulação que equivale ao segmento original transcrito é:

- (A) *diferentes atores sociais* / distintos líderes comunitários.
- (B) *nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente* / nas variadas situações em que se impõe um frutífero diálogo.
- (C) *é constantemente evocada* / é via de regra proferida com solenidade.
- (D) *valorização sem precedentes* / sublimação inédita.
- (E) *formas contemporâneas de interação* / modos inovadores de ação compartilhada.



5. *Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente, a partir da qual os atores sociais agenciam suas identidades e tentam ampliar o escopo da política de modo a abarcar suas questões.*

Considerada a frase acima, estarão assegurados a correção, a clareza e o sentido originais na substituição de

- (A) *sustentam uma espécie de argumentação pública permanente* **por** "confirmam a homologia com a argumentação pública permanente".
- (B) *a partir da qual* **por** "a partir de quê".
- (C) *de modo a abarcar* **por** "com vistas à abranger".
- (D) *agenciam sua identidade* **por** "advogam benesses em função de sua identidade".
- (E) *tentam ampliar o escopo da política de modo a abarcar suas questões* **por** "intentam maior abrangência da ação política de sorte que lhes contemple os interesses".

6. *Tais atores constroem-se, portanto, em público, pressionando o sistema político a reconhecer direitos que julgam possuir e a incorporá-los à agenda governamental.*

Considerada a frase acima, é correto afirmar:

- (A) À forma *constroem-se* corresponde, no singular, a forma "constrói-se".
- (B) O contexto exige que à forma verbal *pressionando* seja atribuído unicamente o sentido condicional.
- (C) O emprego de *julgam* sinaliza que a autora se preserva de assumir que os direitos reivindicados pelos *Tais atores* sejam efetivamente direitos deles.
- (D) O padrão culto escrito abona não só a construção *julgam possuir*, como, também, a forma "julgam possuírem".
- (E) Em *e a incorporá-los à agenda governamental*, o termo destacado estabelece a conexão lógica entre esse segmento final da frase e o imediatamente anterior (*que julgam possuir*).

7. Considere as assertivas abaixo.

- I. (linhas 10 e 11) O segmento *a palavra cidadania atende bastante bem a um dos usos possíveis da linguagem, a comunicação* traz não só uma informação explícita sobre a linguagem, mas também uma subentendida.
- II. (linhas 13 a 15) Em *Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu significado é tão pouco esclarecido?*, o segmento introduzido pelo **se** exprime uma condição.
- III. (linhas 19 a 23) Em *De fato, tornou-se impossível conceber formas contemporâneas de interação entre indivíduos ou grupos sem que **a referência a direitos** esteja pressuposta ou mesmo vocalizada*, o segmento destacado em negrito exprime uma condicionante do ato indicado no segmento sublinhado.

O texto abona o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

8. *Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente [...]*

Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal obtida é:

- (A) sustentam-se.
- (B) é sustentada.
- (C) foi sustentada.
- (D) sustentara-se.
- (E) haviam sido sustentadas.

Atenção: As questões de números 9 a 13 referem-se ao texto que segue.

- 1 *Convenhamos que não é fácil saber o que fazer com as cinzas de um parente que optou por ser cremado. Apenas quando o defunto já deixa escolhido o local onde gostaria de se evaporar, a dificuldade é pouca e se resume a uma questão de logística. Afinal, nem sempre cenários da natureza espetacular como as Cataratas do Iguaçu, o Pico do Jaraguá, a Chapada Diamantina, o Cristo Redentor ou os braços de Iemanjá em mar aberto são acessíveis aos encarregados do luto.*
- 5 *Chega agora dos Estados Unidos uma solução alternativa, embora essencialmente voltada para o mercado americano: sua exportação mundo afora ainda é duvidosa. Os dois fundadores da empresa responsável pela inovação, com sede em Stockton, no estado do Alabama, parecem conhecer o consumidor que procuram. "O mais frequente é uma urna com as cinzas do ente querido ficar zelosamente guardada na casa do pranteado por um bom tempo. Com o passar dos anos, porém, a urna migra da sala para o sótão. E, quando, anos mais tarde, a casa é vendida, não raro alguém lembra, penalizado, que as cinzas foram deixadas para trás", explica Thad Holmes, que também é agente de proteção ambiental.*
- 10 *(Adaptado de "As almas vão rolar", chegada. Piauí 62, novembro 11, p. 8)*
- 15 *Em seu texto, o autor*
- 20 *(A) busca a adesão do leitor sugerindo estrategicamente que todos podem estar sujeitos à mesma situação familiar aflitiva.*
- (B) anuncia a novidade e, apoiando-se nas informações do responsável pela "solução alternativa", a detalha rigorosamente para o leitor.*
- (C) trata com absoluta reverência o assunto da matéria, o que motiva o emprego de linguagem formal, vocabulário técnico e comentários sem qualquer marca de subjetividade.*
- (D) descreve a complexidade que deriva da morte de um parente e, para dar a entender a dimensão dos problemas envolvidos, resume-os na expressão uma questão de logística.*
- (E) insinua que a novidade americana não estar acessível à exportação é fato deplorável, dado que ela atende a situação comum a todos, entendimento seu evidenciado pelo uso de Convenhamos.*



10. Considerado o primeiro parágrafo, é correto afirmar:
- (A) (linha 1) O emprego de dois-pontos depois de *Convenhamos* mantém a correção da frase, observado o padrão culto escrito.
 - (B) (linha 3) A palavra *já* tem, no contexto, o sentido de “de pronto”.
 - (C) (linha 3) A substituição de *onde* por “que” é plenamente aceitável, pois mantém a correção e o sentido originais da frase.
 - (D) (linha 5) No processo argumentativo, o fundamento do comentário feito no período anterior é introduzido pela palavra *Afinal*.
 - (E) (linhas 6 a 8) A eleição dos cenários que foram citados foi determinada unicamente pela dificuldade que os locais apresentam para acolher as cinzas de mortos.

11. É legítimo afirmar que, na matéria que noticia a novidade,
- (A) (linha 11) a palavra *embora* estabelece conexão entre duas orações de sentido dessemelhante, determinando que, a verificar-se um dos fatos mencionados, o outro deixará de se cumprir.
 - (B) (linha 12) a observação da relação lógica entre os segmentos da frase em que se encontram os dois-pontos permite deduzir que esse sinal de pontuação está incorretamente empregado.
 - (C) (linha 14) o segmento *com sede em Stockton* equivale a “cuja a sede é em Stockton”.
 - (D) (linha 15) a expressão *o consumidor* remete obrigatoriamente ao tipo de cliente desejado pela empresa: aquele que, cauteloso, deixa estabelecido todo o procedimento do seu próprio funeral.
 - (E) (linhas 12 a 15) o autor revela cautela ao avaliar o conhecimento dos dois fundadores da empresa responsável pela inovação, no que se refere aos consumidores que objetivam conquistar.

Atenção: Para responder às questões de números 12 e 13, considere o texto abaixo.

“O mais frequente é uma urna com as cinzas do ente querido ficar zelosamente guardada na casa do pranteado por um bom tempo. Com o passar dos anos, porém, a urna migra da sala para o sótão. E, quando, anos mais tarde, a casa é vendida, não raro alguém lembra, penalizado, que as cinzas foram deixadas para trás”, explica Thad Holmes, que também é agente de proteção ambiental.

12. Sobre o que se tem no excerto acima transcrito, a única afirmação INCORRETA é:
- (A) A referida migração da sala para o sótão exprime que o respeito inicial pelas cinzas, com o tempo, sofre um rebaixamento.
 - (B) O emprego das formas verbais no presente do indicativo confirma que os estados ou ações referidos são considerados constantes, constituindo-se como espécie de conduta regular.
 - (C) O segmento *E, quando, anos mais tarde, a casa é vendida* sugere que o destino da casa de um morto é bastante previsível.
 - (D) O emprego de *pranteado* faz entender que o morto é pessoa de reconhecida ação social, que, por conta disso, recebeu algum título ou outra honraria.
 - (E) O fato de citar-se que Thad Holmes *também é agente de proteção ambiental* possibilita a expectativa de que surja posteriormente algum comentário relacionado ao meio ambiente.

13. Se alguém quisesse relatar, com discurso próprio, algo do que Thad Holmes esclareceu na passagem acima, estaria se expressando corretamente assim:
- (A) Thad Holmes explica que, por ocasião de a casa ser vendida, passados anos de a urna ter migrado da sala para o sótão, alguém certamente lembrará, penalizado, que as cinzas foram deixadas para trás.
 - (B) Thad Holmes explica que: *Com o passar dos anos, porém, a urna migra da sala para o sótão*, para, anos mais tarde, ser vendida.
 - (C) Thad Holmes explicou que, quando anos mais tarde, a casa foi vendida, não raro alguém lembrou que as cinzas foram deixadas para trás.
 - (D) Explica Thad Holmes – “O mais frequente é uma urna com as cinzas do ente querido ficar zelosamente guardada na casa do pranteado por um bom tempo”, e acrescenta que a urna, com o passar do tempo, migrou da sala para o sótão.
 - (E) Explica Thad Holmes que alguém sempre lembra, penalizado, que as cinzas são deixadas para trás, isso quando a casa é vendida anos mais tarde, passando anos em que a urna migra da sala para o sótão.

14. Considere os enunciados que seguem.

- I. Os debates se sucederam.
- II. O projeto ganhou consistência.
- III. O projeto chegou ao ponto de ser encampado por renomados especialistas.
- IV. Os renomados especialistas se responsabilizaram pelo levantamento da verba necessária à execução do projeto.

As quatro frases estão conectadas de maneira clara e correta em:

- (A) À medida que se sucediam os debates, o projeto foi ganhando consistência, até o ponto de ser encampado por renomados especialistas, que se responsabilizaram pelo levantamento da verba necessária a sua execução.
- (B) Os renomados especialistas se responsabilizaram pelo levantamento da verba necessária à execução do projeto que os sucessivos debates deram consistência, ao ponto que eles o encamparam.
- (C) O projeto ganhou consistência e chegou ao ponto em que renomados especialistas lhe encamparam, depois dos debates que se sucederam, e também se responsabilizando pelo levantamento da verba necessária à sua execução.
- (D) O levantamento da verba necessária à execução do projeto ficou na responsabilidade dos renomados especialistas que o encamparam, pois, dado os sucessivos debates, ele ganhou consistência até esse ponto.
- (E) A consistência que o projeto ganhou na medida dos sucessivos debates chegou até o ponto dos renomados especialistas se responsabilizarem pelo levantamento da verba necessária à sua execução, que encamparam.



15. Considere a frase abaixo e os três comentários que a seguem.
- É evidente que, ao não detalhar no depoimento os dados que já havia oferecido, e que permitiriam a elucidação dos fatos investigados, os torna mais nebulosos.*
- I. A expressão *É evidente* indica a atitude daquele que produziu a frase: ele cria para o interlocutor o dever de crer no que foi afirmado, dificultando, assim, contestação à sua assertiva.
- II. A expressão *havia oferecido* denota fato passado ocorrido anteriormente ao outro fato também ocorrido no passado.
- III. O emprego do pronome *os* produz ambiguidade, que seria dissolvida se o segmento *os torna* fosse substituído por “torna estes” ou “torna aqueles”, alternativa definida pelo sentido que se deseja atribuir à frase.
- É legítimo o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 (B) I e II, apenas.
 (C) III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.
-
16. A frase que está em conformidade com a ortografia oficial é:
- (A) Não interessa recaptular a indesejável dissensão, mas sim aliviar as tensões agudizadas pelo desnecessário enxerto de questões polêmicas.
 (B) Sempre quis ser assessora de moda em lojas, mas eram tantos os empecilhos, que acabou por vencer a ojeriza de coser sob encomenda e, com isso, tornou-se grande costureira.
 (C) Endoidescia o marido com seus gastos extravagantes, pois acreditava que o tão desejado charme era questão de plumas e brilhos esplendorosos, de preferência, vindos do exterior.
 (D) Quando disse que não exitaria em abandonar o emprego de sopetão e ir relaxar numa praia distante, lhe disseram que seria sandice, mas não conseguiram vencer o fascínio da aventura.
 (E) Representava na peça um cafageste que tratava a todos com escárneo, mas sua atuação era sempre tão fascinante que diariamente angariava a simpatia de toda a platéia.
-
17. Do ponto de vista da regência, a frase redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:
- (A) Vive dizendo que, para ele, nos fins de semana, nada melhor como pegar um bom livro e lê-lo até o fim.
 (B) Depois de tanto esforço dos que o acolheram, nem sequer se dignou de apresentar pessoalmente suas despedidas.
 (C) O exagero no consumo de bebidas alcoólicas na formatura ocasionou em um fim trágico.
 (D) As vítimas mais graves do engavetamento foram atendidas ao Hospital das Clínicas.
 (E) Acredito, sinceramente, de que o melhor a fazer é afastá-lo da comissão.
-
18. A frase redigida corretamente é:
- (A) No caso de elas virem até nós, teremos a oportunidade de esclarecer por que os documentos ainda não foram liberados, e também reiterar que o diretor os mantém devidamente resguardados.
 (B) Quanto aos fabricantes, se se contraporem à decisão do juiz, terão de apresentar provas convincentes, que, segundo eles mesmos, não é garantia de sortir efeito em nova deliberação.
 (C) Esclareço hoje, a uma semana da audiência de conciliação, que um acordo só será aceito por meu cliente se lhe convir não só o montante da indenização, mas também a forma de pagamento.
 (D) Quando entrevisto candidatos, sempre os argúo acerca de sua descrição quanto a assuntos profissionais, pois esse é um dos quesitos avaliados no processo de ascensão na empresa.
 (E) Ele incendia todas as reuniões com essa mania de projetos mirabolantes, a ponto de sempre alguém freiar sua participação em comissões de eventos.
-
19. A frase redigida de forma clara e correta é:
- (A) Funcionários sem acesso à sala das telefonistas confirmaram que deviam ter havido mais de dez chamadas para, segundo se apurou posteriormente, denunciar o falsário, e ninguém atendendo, perdeu-se a oportunidade de prendê-lo aonde estava.
 (B) Existem, sim, grandes possibilidades de essa reutilização de tecidos com defeitos dar certo, entretanto é necessário que haja algumas reuniões, sejam quem forem os consultores, para definirem-se as linhas gerais do negócio.
 (C) Talvez alguns não deem importância ao relato do chefe dos pedreiros sobre o incidente com a cal, mas o fato é que, minimizá-lo, será abrir a possibilidade de o desempenho de todos eles decaírem intensa e irreversivelmente.
 (D) Senhor Ministro, é realmente confiável, segundo fontes fidedignas, os números que indicam quão séria é a questão que está sob sua responsabilidade enfrentar antes que se torne definitivamente insolúvel.
 (E) Visto a oportunidade imperdível de rever as normas não mais aplicáveis àquele específico grupo de infratores, os legisladores não convenceram-se da necessidade de ver postergado, no último momento, as datas das primeiras reuniões setoriais.
-
20. É frase clara e correta a apresentada na seguinte alternativa:
- (A) Nessa época do ano, as enchentes, e mais do que previsíveis, como todos o sabem, transformam a cidade uma paisagem horrenda.
 (B) A atividade docente por si só já exerce uma função de liderança nata, e isso é que às vezes a sociedade teme, pois nem todos os mestres primam por ética.
 (C) Com a anuência do interessado, revisei o texto e assinalei os pontos que, a meu ver, são os mais sensíveis da questão, e que efetivamente não lhe estariam a favor no caso de querer levar a juízo esse já antigo litígio.
 (D) Em detrimento do fenômeno de chuvas intensas, podemos destacar a significativa e essencial parceria entre distintos poderes – o municipal e o estadual – como avanço importante na área de prevenção de tragédias.
 (E) Minha expressão de compromisso para com meus pares e o órgão a que passarei a pertencer há de ser demonstrado a cada passo de minha atuação, pela qual sempre zelarei, como venho demonstrando por anos consecutivos.

**Noções de Direito Constitucional**

21. Estabelece a Constituição Federal que a casa é asilo inviolável do indivíduo e nela pode entrar, sem o consentimento do morador,
- (A) qualquer pessoa em estado de miserabilidade.
 - (B) oficial de justiça, munido de autorização do juiz, a qualquer hora.
 - (C) qualquer pessoa para prestar socorro.
 - (D) oficial de justiça, munido de autorização administrativa, apenas durante o dia.
 - (E) policial militar munido de ofício de delegado de polícia.

22. Um Governador de Estado, ainda no início do exercício de seu mandato, deseja se candidatar ao cargo de Presidente da República. Para que possa concorrer às eleições e, caso seja vitorioso, assumir o novo cargo, deverá ser brasileiro nato
- (A) e afastar-se temporariamente de seu atual mandato até seis meses antes do pleito.
 - (B) ou naturalizado e descompatibilizar-se em relação a seu atual mandato até seis meses antes do pleito.
 - (C) ou naturalizado e renunciar a seu atual mandato até três meses antes do pleito.
 - (D) e renunciar a seu atual mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) e afastar-se temporariamente de seu atual mandato até três meses antes do pleito.

23. A competência privativa da União
- (A) pode ser delegada aos Estados-Membros, mediante lei complementar, para que legissem sobre questões específicas.
 - (B) pode ser delegada aos Municípios, mediante lei complementar, para que legissem sobre questões de interesse local.
 - (C) pode ser delegada aos Estados-Membros e aos Municípios, mediante lei complementar, para que suplementem as disposições da União.
 - (D) pode ser delegada aos Estados-Membros e aos Municípios, mediante lei ordinária, para que legissem sobre questões específicas.
 - (E) não pode ser delegada.

24. O Distrito Federal, conforme a Constituição Federal,
- (A) elege Deputados Distritais para a Assembleia Legislativa e possui uma Constituição Distrital.
 - (B) elege dois Senadores e não pode dividir-se em Municípios.
 - (C) rege-se por uma lei orgânica e elege Governador e Vice-Governador.
 - (D) exerce competências legislativas reservadas à União, aos Estados e aos Municípios e elege Deputados Federais.
 - (E) possui uma Constituição Distrital e não pode dividir-se em Municípios.

25. É competência exclusiva do Congresso Nacional
- (A) julgar o Presidente da República em caso de crime de responsabilidade.
 - (B) aprovar, após arguição pública, a escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.
 - (D) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - (E) conceder indultos e comutar penas.

Noções de Direito Administrativo

26. De acordo com a Constituição Federal, os princípios da Administração Pública aplicam-se
- (A) às entidades integrantes da Administração direta e indireta de qualquer dos Poderes.
 - (B) à Administração direta, autárquica e fundacional, exclusivamente.
 - (C) às entidades da Administração direta e indireta, exceto às sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
 - (D) à Administração direta, integralmente, e à indireta de todos os poderes e às entidades privadas que recebem recursos públicos, parcialmente.
 - (E) à Administração direta, exclusivamente, sujeitando-se as entidades da Administração indireta ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

27. A propósito dos elementos definidores e traços característicos dos serviços públicos, é correto afirmar:
- (A) Independem de definição por lei, podendo ser de titularidade do poder público, quando de natureza não econômica, ou privada, quando passíveis de exploração mediante concessão ou permissão.
 - (B) São definidos por lei e de titularidade pública ou privada, conforme sua natureza essencial ou econômica.
 - (C) Independem de definição por lei, bastando sua caracterização como atividade essencial, de titularidade exclusiva do poder público.
 - (D) São definidos por lei e de titularidade do poder público, que pode prestá-los diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão.
 - (E) São definidos em lei como obrigação do poder público e direito dos cidadãos, devendo ser prestados de forma universal e independentemente de cobrança de tarifa.

28. Determinado dirigente de autarquia estadual passou a orientar a atuação da entidade para fins diversos daqueles que justificaram a criação da entidade. Para a correção dessa situação, o ente instituidor da autarquia deverá exercer o poder
- (A) Disciplinar.
 - (B) Normativo.
 - (C) Regulamentar.
 - (D) De revisão ex officio.
 - (E) de tutela.



<p>29. Os atos administrativos podem ser</p> <p>(A) vinculados, quando a competência para a sua edição é privativa de determinada autoridade e não passível de delegação.</p> <p>(B) discricionários, quando a lei estabelece margem de decisão para a autoridade de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.</p> <p>(C) vinculados, assim entendidos os que devem ser editados quando presentes os requisitos legais e de acordo com juízo de conveniência e oportunidade.</p> <p>(D) discricionários, quando, embora o objeto e requisitos para edição sejam pré-estabelecidos em lei, a edição ou não depende do juízo de mérito da administração.</p> <p>(E) vinculados, quando o objeto, competência e finalidade são definidos em lei, restando à autoridade apenas o juízo de conveniência quanto à sua edição no caso concreto.</p>	<p>32. Processar e julgar, originalmente, o mandado de segurança contra atos do Presidente ou dos Conselheiros do Tribunal de Contas compete privativamente ao</p> <p>(A) Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) Juiz de Direito da mais elevada entrância do Estado.</p> <p>(E) Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública.</p>
<p>30. Em relação a seus próprios atos, a Administração</p> <p>(A) pode anular os atos eivados de vício de legalidade, a qualquer tempo, vedada a repercussão patrimonial para período anterior à anulação.</p> <p>(B) pode anulá-los, apenas quando eivados de vício quanto à competência e revogá-los quando identificado desvio de poder ou de finalidade.</p> <p>(C) pode anulá-los, por razões de conveniência e oportunidade, observado o prazo prescricional.</p> <p>(D) não pode anular os atos que gerem direitos para terceiros, exceto se comprovado fato superveniente ou circunstância não conhecida no momento de sua edição.</p> <p>(E) pode revogá-los, por razões de conveniência e oportunidade, preservados os direitos adquiridos.</p>	<p>33. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amapá</p> <p>(A) não podem perder o cargo, pois são vitalícios.</p> <p>(B) podem perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(C) são vitalícios, mas podem perder o cargo por decisão de três quintos dos integrantes do Tribunal Pleno.</p> <p>(D) podem, apesar de vitalícios, perder o cargo por decisão da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal Pleno.</p> <p>(E) não podem perder o cargo, salvo se processados criminalmente.</p>
<p style="text-align: center;">Legislação Específica do Estado do Amapá</p> <p>31. Os Auditores do Tribunal de Contas do Estado do Amapá</p> <p>(A) possuem, como um dos requisitos para nomeação, o título de curso superior em direito, engenharia civil, ciências contábeis, econômicas ou administrativas.</p> <p>(B) são escolhidos pelo Governador do Estado em lista tríplice.</p> <p>(C) poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiver exercido, efetivamente, por mais de cinco anos.</p> <p>(D) serão indicados pela Assembleia Legislativa no percentual de dois terços.</p> <p>(E) devem ser escolhidos segundo critérios de antiguidade e merecimento.</p>	<p>34. O Prefeito de um Município do Estado do Amapá, em razão de uma decisão do TCE-AP que lhe foi desfavorável, publicada no dia 1/10/11, interpôs recurso de reconsideração em 18/10/11. O Tribunal de Contas apreciou o recurso e em 20/10/11 publicou decisão pelo não provimento. Insatisfeito e suportado por novos documentos, o Prefeito interpôs novo recurso de reconsideração em 28/10/11. Esse novo recurso</p> <p>(A) contraria a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o prazo para interposição do segundo recurso de reconsideração é de cinco dias, contados da publicação da decisão do não provimento do primeiro.</p> <p>(B) está de acordo com a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o segundo recurso de reconsideração é possível com base em novos documentos.</p> <p>(C) está de acordo com a Lei Orgânica do TCE-AP, desde que os novos documentos apresentados sejam pré-existentes à decisão referente ao primeiro recurso.</p> <p>(D) contraria a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o recurso de reconsideração só pode ser formalizado uma vez.</p> <p>(E) está de acordo com a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o prazo para interposição do segundo recurso de reconsideração é de dez dias, contados da publicação da decisão do não provimento do primeiro.</p>



35. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, o percentual de vagas que deve ser reservado aos portadores de deficiência nos concursos públicos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, é de até

- (A) 1%.
- (B) 2%.
- (C) 5%.
- (D) 10%.
- (E) 20%.

História e Geografia do Estado do Amapá

36. Considere as seguintes afirmações sobre a história do Amapá.

- I. A costa do Amapá foi descoberta pelo espanhol Vicente Pinzón.
- II. Pelo Tratado de Tordesilhas apenas metade do atual espaço amapaense era de Portugal.
- III. Durante séculos, ocorreram disputas entre brasileiros e ingleses pela delimitação das fronteiras.
- IV. Em meados do século XVIII, o Marques de Pombal ordenou o povoamento de Macapá com colonos açorianos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

37. A criação do Território Federal do Amapá no ano de 1943, atendeu a vários objetivos do governo de Getúlio Vargas, dentre os quais, destaca-se

- (A) a desconcentração das atividades industriais que estavam fortemente concentradas no Sul e Sudeste.
- (B) a proteção das áreas de fronteiras que apresentavam baixas densidades demográficas.
- (C) a necessidade de redimensionar os estados extensos, como era o caso do Pará.
- (D) as questões geopolíticas provocadas pela posição do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.
- (E) a política expansionista do governo federal frente aos vizinhos Sul-americanos.

38. Uma característica importante da geografia física do Amapá é o fato de que

- (A) cerca de 80% seu território é banhado por afluentes do rio Amazonas.
- (B) o relevo é formado predominantemente por planícies fluvio-lacustres.
- (C) as antigas florestas que recobriam o estado foram substituídas por cerrados.
- (D) mais da metade do seu território é formado por terrenos de origem vulcânica.
- (E) apresenta clima equatorial com forte influência da zona de convergência intertropical.

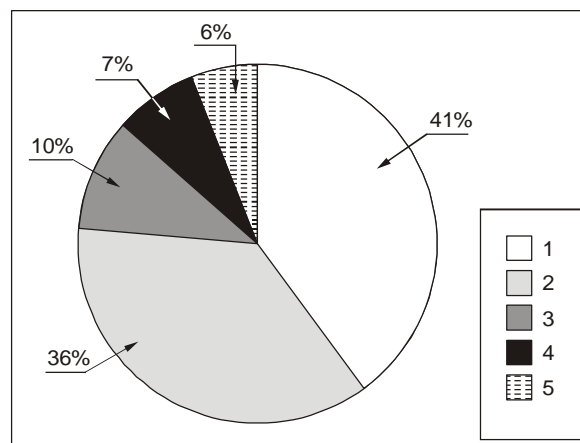
39. Segundo o Censo 2010, o estado do Amapá

- (A) é considerado o de maior taxa de mortalidade infantil do país.
- (B) manteve como característica o fraco crescimento demográfico.
- (C) apresenta predomínio de adultos e idosos no conjunto da população.
- (D) apresenta mais de 80% da população residindo nas áreas urbanas.
- (E) apresenta pequeno número de migrantes na sua população.

40. Considere o gráfico para responder à questão.

Amapá: Utilização da terra

(% da área dos estabelecimentos agropecuários)



(<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=censoagro>)

A área de Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal está representada pelo número

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

Orçamento Público

41. O instrumento de gestão que se torna em plano de governo expresso em forma de lei, que faz a estimativa de receita a arrecadar e fixa a despesa para um período determinado de tempo, em geral de um ano, chamado exercício financeiro, em que o governante não está obrigado a realizar todas as despesas ali previstas, porém não poderá contrair outras sem a prévia aprovação do poder legislativo, é conhecido como Orçamento
- (A) Flexível.
- (B) Ordinário.
- (C) Contínuo.
- (D) Público.
- (E) Operacional.
-
42. Um plano de governo como instrumento de gestão no qual não se adota programa de trabalho, projetos, atividades, nem objetivos a atingir e cujo principal critério de distribuição dos recursos a disposição do governo é o montante de gastos do exercício financeiro anterior, ajustado em algum percentual discricionário, é conhecido como orçamento
- (A) clássico ou tradicional.
- (B) programa.
- (C) de desempenho.
- (D) base zero.
- (E) variável.
-
43. Conforme o artigo 165 da Constituição Federal "a lei [...] estabelecerá, de forma regionalizada, [...] objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada", cujos princípios básicos devem incluir a identificação clara dos objetivos e das prioridades do governo, garantia de transparência e gestão orientada para resultados. No ciclo orçamentário tal lei será a
- (A) de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) do Orçamento Anual.
- (C) do Plano Plurianual.
- (D) do Plano de Desenvolvimento Nacional.
- (E) do Plano de Aceleração do Crescimento.
-
44. Segundo o artigo 48 da Constituição Federal, "Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República [...] dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre" os instrumentos de gestão pública em que se inclui
- (A) o Sistema Integrado de Administração Financeira.
- (B) as Diretrizes Contábeis Internacionais.
- (C) as Diretrizes Curriculares dos Congressistas.
- (D) o Sistema de Prestação de Contas de Partidos.
- (E) as Diretrizes Orçamentárias.
-
45. Conforme artigo 37 da Lei nº 4.320/64 vigente, bem como o artigo 22 do Decreto nº 93.872/86, um compromisso reconhecido após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei a exemplo de uma promoção de funcionário público com data retroativa, devem ser contabilizadas como despesas
- (A) antecipadas.
- (B) de exercícios anteriores.
- (C) de capital.
- (D) financeiras.
- (E) de restos a pagar.
-
46. Os compromissos assumidos por entidade pública gerando a obrigação de pagamento do principal e acessórios, como a contraída pelo Tesouro Nacional, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa, conforme artigo 92 da Lei nº 4.320/64, constituem a dívida pública
- (A) fixa.
- (B) flutuante.
- (C) fundada.
- (D) consolidada.
- (E) não-circulante.
-
47. Segundo o manual de contabilidade aplicada ao setor público das demonstrações contábeis, válido para 2011, portaria STN nº 664/10, na análise do balanço orçamentário, o quociente será resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente, cuja interpretação indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes, denomina-se quociente
- (A) do Resultado Orçamentário.
- (B) Financeiro Real da Execução Orçamentária.
- (C) de Execução da Despesa.
- (D) de Execução da Receita.
- (E) da Execução Orçamentária Corrente.

**Contabilidade Geral**

48. A empresa Inovação S.A. fez um novo investimento em uma nova unidade de negócios, no nordeste brasileiro, no valor de R\$ 1.000.000,00. Após um ano de funcionamento houve alagamento na região e inundação da fábrica. O valor contábil da unidade de negócios, neste momento era de R\$ 900.000,00, já considerando as perdas e gastos com recuperação. Seu valor de venda apurado, mediante propostas formais de interessados a comprá-la, apresentava valor médio de R\$ 1.500.000,00 e o valor do fluxo de caixa descontado da unidade sugeria a recuperação do valor de R\$ 800.000,00. Neste caso a empresa deverá

- (A) registrar uma perda de valor recuperável de R\$ 100.000,00.
- (B) registrar uma complementação do valor de custo pelo valor justo de R\$ 600.000,00.
- (C) manter o valor de custo de R\$ 900.000,00.
- (D) restabelecer o valor de aquisição de R\$ 1.000.000,00.
- (E) registrar pelo valor de mercado de R\$ 1.500.000,00.

49. Analise a tabela abaixo.

Tabela de expectativas processuais

Processo trabalhista (horas extras)	R\$ 500.000,00	Probalidade de perda 58%
Processo trabalhista (assédio moral)	R\$ 300.000,00	Probalidade de perda 45%
Processo civil (danos corporais)	R\$ 250.000,00	Probalidade de perda 30%
Processo tributário discussão da constitucionalidade do Cofins	R\$ 800.000,00	Probalidade de perda 85%

Com base nos dados da tabela, fornecidos pelo advogado da empresa Avante S.A. e considerando as condições estabelecidas nas normas contábeis vigentes para constituição das provisões contingenciais, a empresa deve provisionar:

- (A) R\$ 1.300.000,00.
- (B) R\$ 1.850.000,00.
- (C) R\$ 800.000,00.
- (D) R\$ 1.050.000,00.
- (E) R\$ 300.000,00.

50. A empresa Desatualizada S.A., de capital fechado, tem seu Patrimônio composto da seguinte forma:

Patrimônio Líquido	R\$ 2.700.000,00
Capital Social	R\$ 1.000.000,00
Reserva de Lucros – Contingências	R\$ 200.000,00
Reserva de Lucros – Incentivos Fiscais	R\$ 150.000,00
Reserva de Lucros – Lucros Acumulativos	R\$ 1.350.000,00

Fundamentado na lei nº 11.638/07, esta empresa

- (A) está com seu Patrimônio Líquido adequado.
- (B) deve destinar a totalidade de seus lucros acumulados.
- (C) deve destinar o valor de R\$ 350.000,00 que ultrapassa o capital social.
- (D) deve destinar o valor de R\$ 150.000,00, pois os lucros acumulados ultrapassam o capital social mais as reservas de lucros para Contingências.
- (E) deve destinar o valor de R\$ 200.000,00, pois os lucros acumulados ultrapassam o capital social.

Atenção: Para responder às questões de números 51 e 52, utilize as contas fornecidas a seguir e considere apenas duas casas decimais.

Contas	Valor
Contas a Receber – Curto Prazo	R\$ 30.000,00
Capital Social	R\$ 235.000,00
Empréstimos contraídos – Curto Prazo	R\$ 50.000,00
Fornecedores	R\$ 35.000,00
Adiantamentos Fornecedores – Longo Prazo	R\$ 80.000,00
Empréstimos concedidos – Curto Prazo	R\$ 80.000,00
Estoques	R\$ 120.000,00
Bancos	R\$ 40.000,00
Duplicatas Descontadas – Curto Prazo	R\$ 10.000,00
Receitas Diferidas – Curto Prazo	R\$ 40.000,00
Imobilizado	R\$ 20.000,00

51. Com base nos dados é correto afirmar que o índice de liquidez

- (A) geral é 2,64.
- (B) seca é 1,35.
- (C) corrente é 2,00.
- (D) absoluta é 1,74.
- (E) imediata é 0,80.

52. Com relação ao endividamento é correto afirmar que

- (A) a participação do Capital de terceiros sobre os recursos totais é igual a 0,63.
- (B) o nível de endividamento de curto prazo possui valor igual ao de longo prazo.
- (C) o quociente de endividamento geral é igual a 0,63.
- (D) a participação do capital próprio é igual a 0,37.
- (E) o quociente de endividamento de longo prazo é igual a zero.



53. São características qualitativas que tornam as Demonstrações Contábeis úteis para seus usuários:

- (A) a imaterialidade, a confiabilidade e a relevância.
- (B) a confiabilidade, a comparabilidade e a compreensibilidade.
- (C) a transparência, a continuidade e a independência.
- (D) o denominador comum, a imaterialidade e a relevância.
- (E) a consistência, a relevância e o custo benefício.

Contabilidade de Custos

54. A loja de departamentos Model S.A. não possui contabilidade de custos integrada.

	2010	2011
Estoque Inicial de Mercadorias	R\$ 1.500.000,00	R\$ 950.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 2.300.000,00	R\$ 1.050.000,00
Estoque final de Mercadorias	R\$ 950.000,00	R\$ 2.200.000,00

Considerando os dados acima é correto afirmar que as compras de

- (A) 2010 foram de R\$ 2.850.000,00.
- (B) 2011 foram de R\$ 1.750.000,00.
- (C) 2010 foram de R\$ 1.850.000,00.
- (D) 2011 foram de R\$ 2.300.000,00.
- (E) 2010 foram de R\$ 750.000,00.

55. Considera-se capacidade normal de produção a

- (A) capacidade total instalada da entidade para produzir, sem considerar as necessidades de manutenção preventiva e de férias coletivas que podem ser aplicadas ou não.
- (B) média que se espera atingir ao longo de vários períodos em condições normais, considerando as necessidades de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.
- (C) menor produção obtida no último ano de produção, estabelecendo-se assim um padrão de referência para a entidade.
- (D) maior produção obtida nos últimos doze meses desconsiderando, caso haja, os meses que a entidade atinja a capacidade instalada total, considerando as necessidades de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes.
- (E) capacidade total instalada da entidade para produzir considerando as necessidades de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.

56. Compõe o custo dos estoques:

- (A) valor de perdas de materiais decorrentes de desajuste de máquinas por faltas de peças de manutenção.
- (B) gastos de armazenagem de produtos acabados, em decorrência de parada de exportações por greve nos portos.
- (C) gastos com hospedagem de desenvolvedor de fornecedor e controlador de qualidade.
- (D) valor das amostras para avaliação entregues pelos vendedores para os clientes.
- (E) gastos com seguros das matérias-primas do fornecedor até a fábrica.

Atenção: Para responder às questões de números 57 e 58 utilize a estrutura de custos e despesas a seguir.

Uma empresa registra em sua contabilidade a seguinte estrutura de custos e despesas:

Custos Fixos	R\$ 600.000,00
Despesas Fixas	R\$ 400.000,00
Despesas Variáveis	R\$ 3.000,00/unidades
Custos Variáveis	R\$ 5.000,00/unidades

57. Com os dados fornecidos, o preço de venda unitário da mesma para que o ponto de equilíbrio esperado seja de 1.000 unidades produzidas e vendidas, deverá ser

- (A) R\$ 9.000,00.
- (B) R\$ 10.000,00.
- (C) R\$ 8.000,00.
- (D) R\$ 6.000,00.
- (E) R\$ 4.000,00.

58. Para que a empresa alcance um lucro esperado de R\$ 400.000,00, mantidos todos custos e despesas incorridos e um preço de venda de R\$ 10.800,00, quantas unidades devem ser vendidas?

- (A) 1.000.
- (B) 850.
- (C) 700.
- (D) 500.
- (E) 650.



59. Uma fábrica mantém entre os diversos itens componentes de sua estrutura de gastos mensais os seguintes:

I.	Taxa mensal constante de energia elétrica.
II.	Matéria-Prima Consumida.
III.	Aluguel do galpão da fábrica.
IV.	Depreciação de equipamento calculada com base em unidades produzidas.
V.	Contrato de Seguro do prédio da administração geral.

Com base nessa informação é correto afirmar que

- (A) I e II são custos fixos.
 (B) III e IV são custos diretos.
 (C) II é um custo variável.
 (D) II e V são custos indiretos.
 (E) V é um custo direto.

60. O Departamento de Contabilidade da Cia. Industrial Unida apresenta o relatório a seguir:

Itens	Valor Total em R\$
Matéria-Prima	600.000,00
Mão de Obra	400.000,00
Custos Indiretos de Fabricação	1.200.000,00
Estoque Inicial de Produtos em Elaboração	70.000,00
Estoque Final de Produtos em Elaboração	30.000,00
Estoque Inicial de Produtos Acabados	40.000,00
Estoque Final de Produtos Acabados	50.000,00

Com base nessas informações o Custo da Produção Acabada no período, em reais, é de

- (A) 2.250.000,00.
 (B) 2.210.000,00
 (C) 2.230.000,00.
 (D) 2.240.000,00.
 (E) 2.200.000,00.

Contabilidade Pública

61. O ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades da administração direta, ou indireta, a fim de fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social, cujo objeto é "o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados por aquelas entidades, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor e suas obrigações, caracteriza, hodiernamente, a contabilidade

- (A) societária.
 (B) de custos.
 (C) avançada.
 (D) rural.
 (E) pública.

62. Disciplinadas nos artigos 83 a 100 da Lei nº 4.320/64, a denominação de sistemas de contas, utilizada na Contabilidade Aplicada ao Setor Público até 2008, e atualmente como subsistemas de contas, de acordo com a Resolução CFC nº 1.129/08 e alterada pela Resolução nº 1.268/09, bem como com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Portaria STN nº 467/09, o subsistema que registra, processa e evidencia os fatos relacionados aos ingressos e aos desembolsos financeiros, que subsidia a administração com informações como: Fluxo de caixa, Resultado primário e Receita corrente líquida, corresponde ao subsistema de

- (A) Informações Orçamentárias.
 (B) Informações Financeiras.
 (C) Informações Patrimoniais.
 (D) Custos.
 (E) Compensação.

63. Conforme artigos 100 e 104 da Lei nº 4.320/64 em sintonia com a Resolução CFC nº 1.131/08 e norma contábil NBC T 16.4, a compra de bens à vista por uma entidade pública representará uma variação patrimonial

- (A) quantitativa aumentativa financeira.
 (B) quantitativa diminutiva financeira.
 (C) qualitativa.
 (D) extraorçamentária ativa.
 (E) extraorçamentária passiva.



64. Conforme o plano de contas aplicado ao setor público do manual de contabilidade aplicada ao setor público da Portaria STN/MF nº 467/09, a classe de contas nas quais se registram resultados aumentativos do exercício, extraorçamentários, incluem
- (A) acréscimos patrimoniais.
- (B) interferências passivas.
- (C) decréscimos patrimoniais.
- (D) despesas extraorçamentárias.
- (E) mutações ativas.
-
65. Conforme o plano de contas aplicado ao setor público do manual de contabilidade aplicada ao setor público da Portaria STN/MF nº 467/09, a classe de contas nas quais se registram contratos de seguro, de serviços, de aluguéis, de fornecimento de bens, de repasse, contratos de obrigações internas e externas a receber, entre outras, são contas de compensações ativas e passivas para realizar o controle, denominadas
- (A) Responsabilidade por valores, título e bens.
- (B) Valores em garantia.
- (C) Direitos e obrigações conveniados.
- (D) Direitos e obrigações firmadas.
- (E) Direitos e obrigações contratuais.
-
66. Na contabilidade aplicada ao setor público, o registro de anulação de uma receita prevista em orçamento deve ser efetuado no subsistema orçamentário como Débito (D) e Crédito (C), respectivamente, em
- (A) (D) Receita a Realizar, (C) Previsão Inicial da Receita.
- (B) (D) Anulação da Receita, (C) Receita a Realizar.
- (C) (D) Crédito Inicial, (C) Crédito Disponível.
- (D) (D) Receita Realizada, (C) Receita a Realizar.
- (E) (D) Receita a Realizar, (C) Previsão Adicional da Receita.
-
67. Na contabilidade aplicada ao setor público, o registro contábil de apropriação de despesas de aquisição de material de consumo vinculada a contrato, no subsistema patrimonial, deve ser efetuado como Débito (D) e Crédito (C), respectivamente, em
- (A) (D) Almoxarifado de material de consumo, (C) Aquisição de material de consumo.
- (B) (D) Estoque de Materiais, (C) Fornecedores.
- (C) (D) Empenho a Liquidar, (C) Empenhos Liquidados.
- (D) (D) Despesa Corrente – Material de Consumo, (C) Fornecedores.
- (E) (D) Ativo Permanente – Imobilizado, (C) Mutações Ativas – Aquisição de Bens Permanentes.
-
68. O demonstrativo auxiliar de caráter não obrigatório, que relaciona os saldos das contas remanescentes no diário e razão, imprescindível para testar se o método de partidas dobradas foi obedecido pela escrituração contábil, método pelo qual os débitos devem corresponder à créditos de mesmo valor, cabendo verificar se a soma dos saldos devedores é igual a soma dos saldos credores, e ser levantado mensalmente segundo a NBC T 2.7, unicamente para fins operacionais, não tendo obrigatoriedade fiscal, com suas informações extraídas dos registros contábeis mais atualizados, deve demonstrar o seguinte: saldo inicial, valor creditado mensal, valor creditado acumulado, valor debitado mensal, valor debitado acumulado e saldo final. Caso o demonstrativo seja destinado a usuários externos, o documento deverá ser assinado por contador habilitado pelo conselho regional de contabilidade (CRC). Este documento contábil é o
- (A) Livro Diário.
- (B) Livro Razão.
- (C) Balanço Orçamentário.
- (D) Balancete de Verificação.
- (E) Balanço Patrimonial.
-
69. A promoção da convergência das práticas contábeis brasileiras vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, tendo em vista as condições, peculiaridades e o estágio de desenvolvimento do país, por meio da Lei Complementar nº 131/09 que alterou a Lei Complementar nº 101/00, combinado com a Portaria nº 749/09 da STN/MF, bem como a Portaria nº 406/11 e a norma NBCT 16.6 da Resolução CFC nº 1.133/08, exige, para 2012, três novas demonstrações contábeis aplicadas às entidades do setor público da União, Estados e Distrito Federal, além das já exigidas nos artigos 101 a 106 da Lei nº 4.320/64, das quais, a de divulgação facultativa, que tem o objetivo de evidenciar o resultado das ações do setor público, considerando sua interligação com o subsistema de custos, pois tem como premissa os seguintes conceitos: custo de oportunidade, receita econômica e custo de execução, corresponde à Demonstração de
- (A) Resultado Econômico.
- (B) Balanço Orçamentário.
- (C) Mutações do Patrimônio Líquido.
- (D) Variações Patrimoniais.
- (E) Balanço Patrimonial.
-
70. Conforme artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/00, estabelece-se que, ao final de cada quadrimestre, será emitido Relatório de Gestão Fiscal pelos titulares dos Poderes e órgãos da Administração Pública, onde conterá
- (A) o montante das disponibilidades de caixa em 31 de janeiro.
- (B) o balanço orçamentário.
- (C) o resultado nominal e primário.
- (D) as receitas e despesas previdenciárias.
- (E) os montantes de operações de crédito, inclusive por antecipação da receita.

**Administração**

71. Em relação à teoria da contingência, considere:

- I. A tecnologia é uma das variáveis principais da teoria que revela que estas influenciam e condicionam o funcionamento de uma organização e sua estrutura.
- II. Nessa abordagem, os aspectos comportamentais são variáveis condicionantes da estrutura organizacional e elemento central para a performance organizacional.
- III. As variáveis de tamanho da organização, de diferenças individuais, de incerteza ambiental e de tecnologia das tarefas, são elementos centrais da teoria.
- IV. Para a teoria, os fatores do ambiente interno equiparam-se aos externos à empresa, condicionando a elaboração de estratégias e táticas de ação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II e IV.

72. Em relação à análise econômica de investimentos, considere:

- I. As técnicas de análise de investimentos valem-se de alguns estratégias como a análise da TIR e do VPL.
- II. Quando o VPL é maior que zero, a organização obterá um retorno maior que seu custo de capital.
- III. A TIR é a taxa de desconto que faz o VPL de um projeto de investimento igualar-se a zero.
- IV. O *payback* é muito utilizado na análise de investimentos por considerar o valor do dinheiro ao longo do tempo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

73. Ao considerar a criação de uma organização de aprendizagem, é correto afirmar que

- (A) o modelo caracteriza-se por valer-se, entre outros, do compartilhamento aberto de informações e de um clima organizacional que requer atenção e confiança entre os colaboradores.
- (B) a liderança tem um papel importante neste modelo de organização, por combinar a cooperação entre liderados e um enfoque na eficácia dos processos.
- (C) é crucial numa organização de aprendizagem que os colaboradores sejam livres para trabalhar uns com os outros, devendo ser eliminadas barreiras estruturais e físicas existentes.
- (D) em uma organização de aprendizagem os líderes devem atuar tanto na direção e controle de equipes como enquanto facilitadores e apoiadores da mesma.
- (E) as organizações de aprendizagem podem ser caracterizadas como um projeto organizacional, ao invés de uma filosofia organizacional que tem implicações em um projeto de mudança.

74. Em relação a mudança organizacional, considere:

- I. São presenciados simultaneamente três campos de força em uma organização em mudança, que se caracterizam por desejar a mudança, evitar a mudança e implementá-la.
- II. A história da mudança mostra que, quando as condições melhoram, as pessoas se mostram insatisfeitas; não se contentam por terem progredido tanto e reclamam sobre o que ainda devem percorrer.
- III. O modelo de mudança de Lewin expõe três passos para a introdução da mudança, identificado-os sequencialmente como mudança, descongelamento e recongelamento.
- IV. Uma dificuldade na gestão da mudança ocorre pelo fato de a empresa desejar ou necessitar mudar e os indivíduos, embora possam inicialmente colocar-se a favor, tendem a resistir à medida que as mudanças ocorrem.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

75. Em relação aos processos organizacionais, considere:

- I. A função de planejamento numa organização guarda uma relação direta com a função de controle, enquanto a função de direção tem relação direta com a função de organização do trabalho.
- II. As habilidades técnicas são mais relevantes entre supervisores de 1ª linha, as habilidades conceituais maiores na administração superior e as habilidades humanas, mais requeridas no nível da gerência intermediária.
- III. A organização matricial prevê maior flexibilização dos limites entre departamentos, possibilitando que os funcionários reportem-se a diferentes gestores.
- IV. Um elenco de maneiras para se superar barreiras de comunicação inclui a utilização de *feedback*, observar sinais não-verbais, escutar com atenção, simplificar a linguagem, além de conter as emoções.
- V. Indiferentemente ao controle preventivo, simultâneo ou de *feedback* adotados na gestão, os mesmos servem para medir o desempenho real, comparar o desempenho com o padrão, e tomar medidas de ação corretiva.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II, IV e V.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, IV e V.



Economia

76. O preço de equilíbrio de mercado do bem X é R\$ 120,00 a unidade. Ocorre uma elevação do preço do bem Y, substituto de X, em função de uma redução na sua quantidade ofertada no mercado. Esse fato, tudo o mais constante, provoca o deslocamento da curva de

- (A) oferta do bem X para a esquerda de sua posição original e conseqüente aumento de seu preço.
- (B) demanda do bem Z, complementar de Y, para a esquerda de sua posição original e conseqüente aumento de seu preço.
- (C) demanda do bem Z, complementar de Y, para a direita de sua posição original e conseqüente diminuição do preço de Z.
- (D) demanda do bem X para a direita de sua posição original e conseqüente aumento de seu preço.
- (E) demanda do bem X para a esquerda de sua posição original e, simultaneamente, da oferta do bem X para a direita de sua posição original, de modo que é impossível prever *a priori* qual será o efeito no preço de X.

77. O Produto Interno Bruto de um determinado país em 2010 foi equivalente a 121 milhões de unidades monetárias, tendo apresentado um crescimento nominal de 10% em relação a 2009. O índice geral de preços dessa economia apresentou em 2010 uma elevação de 5% em relação ao ano anterior. O valor do Produto Interno Bruto desse país em 2009, medido com os preços de 2010, foi equivalente, em milhões de unidades monetárias, a

- (A) 110,5.
- (B) 115,0.
- (C) 115,5.
- (D) 105,0.
- (E) 120,5.

78. Em uma economia que adota o sistema de taxas de câmbio fixas, a desvalorização da taxa de câmbio pelo Banco Central (aumento do preço da moeda estrangeira medido em moeda nacional) terá como conseqüência, no curto e/ou médio prazo

- (A) a diminuição do saldo da conta corrente do balanço de pagamentos.
- (B) uma saída líquida de capitais, já que a desvalorização da taxa de câmbio implica numa diminuição da taxa de juros interna em relação à internacional.
- (C) a diminuição das reservas internacionais do país.
- (D) o aumento dos gastos dos residentes do país em viagens para o exterior.
- (E) uma melhora do saldo da balança comercial do país com o exterior.

79. Um modelo keynesiano simples é representado pelas funções a seguir:

$$C = 100 + 0,8 Y_d$$

$$G = T = 200$$

$$I = 150$$

Onde:

C = consumo das famílias

G = gastos do governo

T = tributação

I = investimento privado

Na renda de equilíbrio, é observada a ocorrência de um hiato deflacionário de 200 e conseqüente desemprego involuntário da mão de obra. Para que seja alcançada a renda de equilíbrio de pleno emprego nesse modelo, tudo o mais constante, o Governo deve manter a tributação em 200 e aumentar seus gastos para

- (A) 220.
- (B) 240.
- (C) 400.
- (D) 360.
- (E) 320.

80. Um imposto sobre vendas a varejo com alíquota fixa (a mesma alíquota para todos os produtos tributados) é um imposto

- (A) regressivo, pois onera mais fortemente a renda da parcela mais pobre da população.
- (B) progressivo, pois à medida que a renda do cidadão se eleva, o imposto aumenta mais que proporcionalmente.
- (C) proporcional, pois à medida que a renda do cidadão se eleva, o imposto aumenta proporcionalmente ao aumento da renda.
- (D) que atende ao princípio da capacidade de pagar.
- (E) progressivo, pois à medida que a renda do cidadão diminui, o imposto se reduz mais que proporcionalmente.